

EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: UM BREVE MAPEAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS DA REGIÃO SUL DO PAÍS

Carolina Machado Castelli – UFPel

m.carolinacastelli@gmail.com

Crisliane Boito – UFRGS

crisliane.boito@ufrgs.br

Eixo 11: Educação Infantil (do campo e da cidade).

Resumo: As crianças pertencentes aos povos do campo sofrem dupla desvalorização: por serem crianças e por serem do campo. O seu não reconhecimento é o que direciona nossos olhares, pensando, sobretudo, a respeito dos processos educativos institucionalizados referentes às crianças de zero a seis anos. Esta escrita configura-se como reflexão acerca da Educação Infantil do Campo a partir das experiências que vivenciamos em um grupo de pesquisa. Objetivamos apresentar aprendizagens que tivemos a partir da pesquisa, dentre elas um breve mapeamento de recentes produções acadêmicas realizadas na Região Sul do país a respeito da Educação Infantil do Campo. Este mapeamento constituiu-se por uma busca, através de palavras-chave, nos bancos de dados online de algumas Universidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Concluímos que nossos estudos e reflexões através de nossa participação promoveram significativo crescimento pessoal e profissional e que, além do reconhecimento social, o reconhecimento acadêmico para com a Educação Infantil do Campo e seus sujeitos, merecem nossa urgente atenção no campo de formação acadêmica e da pesquisa.

Palavras-chave: Educação Infantil do Campo; políticas; Universidades; crianças pequenas.

Infâncias, crianças. Tantos modos de olhá-las, tantas tentativas de capturá-las, tantos modos de representá-las. Crianças “urbanas”, crianças “rurais”. Desconhecidas? Incapazes? Assustadoras? Inferiores? Espertas? Quietas? “Trancadas”? “Acanhadas”? Generosas? Que nos transgridem?

Ticiane Elisabete Hom

São tantas as crianças deste Brasil... E cada uma delas vivenciando experiências de infâncias que, por um primeiro olhar, podem ser similares, mas aproximando-nos delas, nos deparamos com uma diversidade inimaginável. Cada uma vive imersa em muitas culturas, crenças, em diferentes localidades, convivendo com diferentes adultos e crianças. Porém, ainda hoje no século XXI, são desvalorizadas, e muitas vezes ainda consideradas inferiores, cuja função está por vir no futuro.

Se pensarmos a respeito da população do campo, os pequenos agricultores, os quilombolas, os indígenas, os pescadores, os assentados, os ribeirinhos, os povos da floresta, os sem-terras, os caipiras, entre tantos outros povos, eles também vêm sendo discriminados, desvalorizados e só reconhecidos por uma suposta serventia, aqui questionada, de abastecimento aos centros urbanos.

As crianças pertencentes aos povos do campo, portanto sofrem dupla desvalorização – isto quando são reconhecidas. E é justamente a elas que voltamos nossos olhares, problematizando nossos estudos.

Este texto configura-se como reflexão acerca da Educação Infantil do Campo a partir das experiências que vivenciamos em um grupo de pesquisa¹. Nos limites deste trabalho, objetivamos apresentar algumas aprendizagens que tivemos a partir da pesquisa, dentre elas um breve mapeamento de recentes produções acadêmicas realizadas na Região Sul do país a respeito da Educação Infantil do Campo.

Ao falarmos em Educação Infantil do Campo, precisamos ter claras duas concepções: a de Educação Infantil e a de Educação do Campo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) deixa claro que a Educação Infantil faz parte da Educação Básica, é oferecida em creches (para crianças com zero a três anos) e em pré-escolas (crianças de quatro a seis), cuja finalidade centra-se no desenvolvimento integral destas crianças. A Constituição Federal de 1988 já havia afirmado o direito das crianças à educação, sendo está compartilhada entre estado e família.

De acordo com Caldart, Cerioli e Kolling (2002), a Educação do Campo engloba a Educação Básica e vai além desta. Está relacionada com todos os sujeitos do campo, aqui já destacados. Ou seja, não é somente por uma questão geográfica (residir no campo brasileiro, área não-urbana), mas por questões sociais, relações sociais. Por suas identidades, ao mesmo tempo, comuns e variadas. A Educação do Campo procura valer-se desses aspectos, lutar por escolas de qualidade para esses sujeitos, articulando-os, de forma que participem mais ainda de suas comunidades e mantenham vivo o gosto por estar no campo.

A partir destas perspectivas aqui pontuadas, entendemos ser importante apresentar concepções de criança e infância, pois são elas os sujeitos da questão. Dessa forma, na primeira parte do texto, trazemos percepções nossas, de autores e da

1 Grupo de Pesquisa na UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, responsável pelo Projeto em Cooperação Técnica com o MEC- Ministério da Educação “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos moradoras nos territórios rurais brasileiro.”

legislação educacional brasileira para demarcar o quanto cada criança constitui-se enquanto sujeito e merece viver sua infância, seja em culturas urbanas ou do campo.

Ao falarmos a respeito da legislação educacional, passamos tanto por questões da área da Educação Infantil como da Educação do Campo e, assim, adentramos na segunda parte do texto, em que procuramos nos situar na Educação Infantil do Campo e apresentar um breve mapeamento de produções acadêmicas realizadas em algumas Universidades da região Sul do país. Em outras palavras, trazemos uma breve trajetória de nossa inserção nos estudos da Educação Infantil do Campo e de como este estudo nos fez refletir sobre questões profundas e pertinentes a respeito das crianças do campo e seus processos educacionais. São essas reflexões que são trazidas nas considerações finais, abrindo portas para novas investigações.

Infância e criança: retratos conceituais

A partir de Ariès (1981), em sua obra “História Social da Família e da Criança”, podemos verificar uma enorme diferença entre o entendimento moderno e o atual a respeito do conceito de infância. Durante o antigo regime da Idade Média na França, Ariès (1981, p. 18), apontava que “não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido.” Não era incomum ver crianças pintadas em obras de arte nuas, “misturadas com os adultos” (p. 21). Ainda neste período, os trajes não eram diferentes entre crianças e adultos, com especificidades, pois a sociedade estava “preocupando-se apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social”. (p.32).

Para Rosemberg (2011, p. 23), “Ariès lançou as bases para as mudanças paradigmáticas propostas nas décadas de 1980 e 1990 pelos estudos sociais sobre a infância”. Diferente da França da Idade Média, onde o diferenciador de crianças se dava pela hierarquia social, no Brasil em meados do século XX, existia uma forte polarização entre os termos criança e menor, que se percebia como uma forte característica de nossa sociedade.

Nunes, Corsino e Didonet (2011), explicam que, o termo “criança” era utilizado como referência para os filhos de proprietários, ou colonizadores, e consequentemente, pertencentes a famílias ricas e brancas. Já os descendentes de negros e escravos, pobres, ou de famílias consideradas desestruturadas, com chances de sofrer com doenças,

desnutrição ou morte, eram considerados “menores” pelo risco que poderiam trazer à sociedade.

Os estudos levam-nos a entender como as crianças vêm sendo percebidas socialmente e o quanto isto influi nas formas de participação que a elas são permitidas e possibilitadas. Se as crianças, enquanto seres de pouca idade, que estão iniciando a vida, sempre existiram, a concepção sobre a etapa geracional em que se encontram, a infância, foi se desenvolvendo com o tempo, de acordo com o contexto histórico-cultural (BRASIL, 2009b). Cabe acrescentar que os conceitos que aqui trazemos de criança e de infância são fruto de nossos olhares e nossas experiências, que não se resumem ou se encerram nessas páginas, até porque os próprios conceitos estão em constante mudança, acompanhando os sujeitos que a eles estão relacionados.

Aliás, não podemos falar somente no singular das palavras criança e infância. Por certo tempo, pesquisas e orientações das áreas médicas e psicológicas dominaram a definição dos conceitos e modos das crianças viverem suas infâncias. Era aprovado um único modelo de criança, em que aquelas que não se encaixavam, ou eram excluídas, ou precisavam ser moldadas. Após muitas problematizações e, entre outros fatores, maior visibilidade dada a outras áreas de estudo, com a Antropologia da Criança, a Sociologia da Infância e a Psicologia Cultural, e também à riqueza das experiências vivenciadas pelas crianças, tais determinações vêm perdendo força e olhares mais abrangentes, contextualizados e menos adultocêntricos estão se firmando, o que nos permite afirmar a diversidade de infâncias, sua pluralidade.

Em outras palavras, o processo de construção da conceitualização dos termos, criança(s) e infância(s) vem sendo tratado por estudantes, docentes, movimentos sociais, políticos, entre outros sujeitos da sociedade, a partir de estudos, problematizações e mudanças nas formas de viver. Isso porque, as especificidades encontradas em cada região do país, quer sejam de aspecto cultural ou social, são determinantes para os tipos de infâncias que cada criança vive. Não podemos deixar de citar que residir em área urbana ou rural também é fator diferenciador no que tange as particularidades dessas infâncias. Como diz Sarmiento (2005, p. 370),

As condições sociais em que vivem as crianças são o principal factor de diversidade dentro do grupo geracional. As crianças são indivíduos com a sua especificidade biopsicológica: ao longo da sua infância percorrem diversos subgrupos etários e varia a sua capacidade de locomoção, de expressão, de autonomia de movimento e de acção etc. Mas as crianças são também seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o género, a região do

globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças.

Corroboramos com tal percepção na medida em que destaca as crianças como seres sociais, que participam de seu grupo de vivência, não são somente espectadores e que, além disso, diferenciam-se a partir dos complexos fatores que compõem suas vidas. Mais recentemente, no Brasil, foram criadas leis, diretrizes, políticas públicas, planos, estatutos e programas que objetivam a manutenção dos direitos das crianças até hoje. Como exemplos, podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

A Constituição Federal de 1988 apresenta no artigo 227, a criança vista como sujeito de direitos, dentre os quais está “[...] o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, e direito de estar “[...] a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade de opressão” (art.227, caput).

Com a determinação da Constituição, todas as crianças são consideradas em sua existência. Podemos dizer que são merecedoras de seus direitos para além de suas diferenças em termos de idade, sexo, cor, religião, moradia, crenças etc... Aliás, tamanha diversidade faz perceber o quanto é rica a vida das crianças e, desta maneira, nos últimos anos, propostas referentes à Educação Infantil² vêm agregando não só a diversidade, mas também afirmando a o quão complexas e importantes são as experiências vivenciadas na infância. A fala de Nunes, Corsino e Didonet (2011, p.9) representa a relação da Educação Infantil com as atuais infâncias brasileiras:

O lugar da criança brasileira na política pública é de sujeito histórico, protagonista e cidadão com direito à educação a partir do nascimento, estabelecimentos educacionais instituídos com a função de cuidar e educar como um único e indissociável ato promotor de seu desenvolvimento integral, de forma global e harmônica, no aspecto físico, social, afetivo e cognitivo. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica a que todo cidadão brasileiro tem direito e que o estado tem obrigação de garantir sem exceção nem discriminação.

2 Destacamos que nosso foco no texto dar-se-á na primeira etapa da Educação Básica: a Educação Infantil e, embora não excluamos as demais crianças, nosso pensamento estará mais voltado às crianças pequenas, ou seja, àquelas que possuem de zero a seis anos.

Apoiadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, ressaltamos que o direito da criança pequena à educação é compartilhado pela família e pelo Estado. A este confere, sobretudo, a oferta de vagas em instituições de Educação Infantil:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos³ de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (art. 5º, BRASIL, 2009c)

Verificamos, nestas políticas públicas, conquistas essenciais referentes às crianças, aos seus direitos e às suas infâncias. Entretanto, o debate agora precisa ganhar outro enfoque. Refletir acerca da qualidade da primeira etapa da Educação Básica quer seja na creche ou na pré-escola, e contemplar de fato os parâmetros de qualidade para a Educação Infantil já publicados pelo Ministério da Educação, bem como cumprir o Plano Nacional de Educação.

Pela origem que esta escrita apresenta, juntamente com a ampliação das discussões na área, não podemos nos abster da reflexão a respeito de uma particularidade muito encontrada em nosso país: as crianças do campo, cuja existência não pode ser reduzida à sua localização. Isto é, milhões de crianças brasileiras que moram em áreas rurais, nas florestas, na beiras dos rios, trazem marcas específicas do modo de viver de suas famílias, possuem suas próprias formas de brincar, de construir seus brinquedos, são descendentes de povos excluídos, como os indígenas, os quilombolas, vivem no próprio ritmo, em determinadas situações não acompanham o calendário vivenciado nas áreas urbanas e, especialmente, possuem uma riqueza de culturas não é valorizada socialmente como um todo e também não tem encontrado espaço suficiente na escola. Diante disto, como pensar creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos que se encontram em contextos tão diversos e complexos? A lógica do urbano influencia os diferentes modos de viver campo na escola?

E ainda nos questionamos: frente à Emenda Constitucional 59/2009, a implementação da obrigatoriedade de frequência das crianças e jovens de quatro a 17 anos de idade até 2016 (BRASIL, 2009a), como ficarão as famílias e as crianças do

3 Compreendemos que a educação Infantil também acolhe as crianças de seis anos de idade, uma vez que aquelas crianças que irão atingir seis anos no decorrer do ano letivo, ainda permanecem (ou deveriam permanecer), na pré-escola.

campo? O que elas desejam? O que pensam a respeito? Que condições terão para colocar suas crianças e jovens na escola? Que escola será esta? Que escola é esta hoje? A Educação Infantil vem sendo mais reconhecida no urbano devido à ampliação do número de vagas, a importância dada à convivência em espaços coletivos, e a necessidade de trabalho dos pais. Mas será que essas necessidades também são as dos povos do campo? E, para, além disso, devemos ressaltar que a educação das crianças pequenas que vivem no campo é de responsabilidade da família e do Estado, e desta forma, suas instituições educacionais devem estar embasadas nos princípios de qualidade estabelecidos e em consonância com as famílias.

Se já reconhecemos que as crianças se constituem, se educam, aprendem e constroem suas próprias culturas através das interações com outras crianças e adultos, com o meio e através especialmente, de brincadeiras (BRASIL, 2009b), cabe à Educação Infantil incorporar estes eixos como centrais a serem vivenciados no dia-a-dia. As escolas do campo, por sua vez, deparam-se com a incumbência de permitir que as infâncias do campo sejam valorizadas e vivenciadas dentro (e fora) das paredes da escola. Essa defesa por crermos que, por um lado a diversidade e, por outro, a unicidade da infância fazem das crianças os sujeitos do processo:

Podem ser meninos ou meninas; negros, amarelos, brancos; surdas ou ouvintes; alegres ou quietas. Podem viver na cidade ou no campo, no litoral, na floresta ou na região ribeirinha. [...] Apesar de geralmente ser enfatizada apenas sua fragilidade, os bebês e as crianças bem pequenas são, paradoxalmente, extremamente capazes de tomarem iniciativas e agirem, ou seja, podem perceber e movimentar-se, dispondo assim de amplos recursos, desde que nascem, para interagir com e no mundo. (BRASIL, 2009b, p. 23)

A escola precisa sim, abarcar as diversas culturas, porém a escola do campo precisa olhar para suas crianças como seres capazes, que carregam e que estão iniciando a se inserir em culturas ricas, como são as culturas vivenciadas nas florestas, nas áreas rurais, nas comunidades quilombolas. Por isso, Ana Paula Silva e Jaqueline Pasuch, ao elaborarem as “Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo”, defendem a concepção de Educação do Campo, aqui já discutida. Uma escola da comunidade para a comunidade, que preserve e valorize os saberes e as práticas de cada região, bem como o gosto por eles. E assim,

Uma educação infantil que permita que a criança conheça os modos como sua comunidade nomeia o mundo, festeja, canta, dança, conta histórias, produz e prepara seus alimentos. Creches e pré-escolas com a cara do

campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos. (SILVA; PASUCH, 2010. p. 2)

Nosso dever quanto a esses sujeitos é articular os princípios da Educação Infantil aos da Educação do Campo, sobretudo, ouvindo a eles próprios. De nada adianta uma imposição, um olhar urbanocêntrico. Precisamos ir até eles, possibilitar que eles participem dos processos que envolvem a escola e que esta se envolva com a comunidade. A Educação Infantil do campo, por ser direito de todas as crianças, e, conseqüentemente, de suas famílias, merece ter políticas individualizadas que a contemple, qualificando professores, com espaços, materiais e currículo que os identifique em sua cultura, contemplando as dimensões dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (2006).

Para, além disso, Pasuch e Silva (2010) apontam interlocuções que reafirmam que a tarefa da Educação Infantil do Campo consiste em firmar as raízes no próprio campo, em problematizar as reproduções da cultura dominante, que no caso do Brasil é a urbana, em fortalecer os laços com as famílias e com a terra, ou as águas, ou as matas, perpetuar elementos culturais dos povos e permitir às crianças que encontrem seu lugar no campo, com seus direitos e reconhecendo-se como capazes. Permitir que as crianças estejam por inteiro na escola, não somente com suas mentes, mas também com seus corpos, suas emoções, seus desejos. Ser criança também na escola de Educação Infantil, e viver a infância na/da sua cultura. Ser respeitada e ter suas vidas, seus tempos, suas brincadeiras, suas concepções igualmente respeitadas.

Reconhecemos que não é fácil tamanha mudança, dada a força e a estagnação do sistema escolar, mas se faz, por isso, necessária. Acreditamos que iniciativas dos movimentos sociais, manifestações das comunidades, práticas que anseiem por maior valorização do campo mereçam ganhar visibilidade. Ainda são poucas as realidades brasileiras realmente conhecidas pela sociedade. Os estudos e as pesquisas não chegam perto delas, não as investigam, não aprendem com elas. As crianças pequenas, filhas de camponeses, as quilombolas, as ribeirinhas, as indígenas, não são conhecidas, quanto mais, reconhecidas. As formas de cuidado-educação pertencentes a cada família, as experiências que irão viver ou já vivem na escola ainda ficam às sombras do urbano.

Educação Infantil do Campo: estudos realizados na região Sul do Brasil

É preocupante a escassa quantidade de pesquisa para a área de Educação Infantil do Campo no Brasil. São restritas e ainda muito recentes as pesquisas sobre educação do campo de forma geral, comprovando assim o esquecimento histórico dessa camada social. Esta afirmação foi possível ser experienciada quando em nossa trajetória pessoal e profissional nos deparamos com a oportunidade de voltarmos nossos olhares às crianças pequenas que fazem parte do campo brasileiro através da Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos moradoras dos territórios rurais brasileiros”, que sucintamente descreveremos abaixo.

No ano de 2011, a UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, passou a ser responsável pela coordenação geral⁴ do projeto de pesquisa realizado em cooperação técnica com o MEC - Ministério da Educação. Esse projeto contou com participantes das cinco regiões do país, envolvendo núcleos de pesquisa nas Universidades Federais que contemplam o critério de abrangência regional e da especificidade do desenho de política pública educacional para o campo (norte – UFPA; nordeste – UFCG; sudeste – UFMG; sul - UFRGS⁵; centro-oeste – UNEMAT/SINOP). O pesquisa está sendo desenvolvida através de quatro ações: a ação 1 corresponde à pesquisa bibliográfica; a ação 2 é o estudo quantitativo com base em dados secundários (IBGE, IPEA e INEP); a ação 3 corresponde ao estudo qualitativo das características de oferta do poder público e, a ação 4, fase onde nos encontramos no momento, é a produção de um livro com os resultados dos estudos realizados.

Trata-se de um projeto de caráter nacional, que buscou contemplar as diferentes crianças do campo, como por exemplo, os filhos dos pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, caiçaras, lavradores, roceiros, sem-terras, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias, entre outros que “formam um mosaico de variedade de costumes e culturas”, como FERREIRA (2012, p. 23), escreve acerca da amplitude e diversidade do país.

4 A pesquisa Nacional é coordenada por Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS), Ana Paula Soares da Silva (FFCLRP-USP) e Jaqueline Pasuch (UNEMAT).

5 A equipe de pesquisa da região Sul é coordenada por Simone Albuquerque e Cinthia Votto. Fazem parte como pesquisadoras Isabela Camini e Sonilda Pereira e assistentes de pesquisa (RS) Noeli Weschendelder, Patrícia Bierhals, Crislaine Boito e Carolina Castelli; (PR) Catarina Moro e Daniele Vieira; (SC) Maria Teresa Senna, Soraya Conde e Verena Wiggers.

Na região Sul estudamos referenciais importantes ao pensarmos nos principais eixos da pesquisa, como o Texto para Debate (Por uma Educação Básica do Campo)⁶, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009c) e Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo (SILVA, PASUCH, 2010). Este estudo consignou-se no grupo como eixo de debate e trocas entre as especificidades da Educação do Campo e a Educação Infantil.

Participamos das discussões sobre as especificidades do campo, contextualização da oferta de educação infantil e também das que subsidiaram a elaboração do questionário quantitativo. Contribuímos ainda, no processo de análise e aplicação do pré-teste do questionário quantitativo. Durante toda a nossa inserção no grupo de pesquisa, tivemos a oportunidade de presenciar debates entre consultores e pesquisadores na área da Educação e da Estatística, além de muitos estudiosos e sujeitos comprometidos com a Educação do Campo.

Desde agosto de 2011, nos integramos nesta equipe como bolsistas, participando intensamente nos estudos que subsidiaram teoricamente a pesquisa. Na região Sul, a primeira etapa desenvolvida pela equipe foi um mapeamento bibliográfico da produção acadêmica, através do Portal da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), buscando reconhecer o que já havia de referencial de educação Infantil do campo na região. Buscamos os bancos de produções das Universidades utilizando palavras-chave como, “Educação Infantil do Campo”, “Educação do Campo”, “infância do campo”.

Intencionávamos buscar subsídios teóricos para ampliar nossas aprendizagens, além de contribuir com a divulgação de outros olhares e reconhecer as infâncias e as crianças do campo na região Sul do país. O estudo realizado no Portal da Capes, não teve a intenção de fazer uma revisão bibliográfica, visto que, este quesito está sendo contemplado em uma das ações da pesquisa, mas sim, subsidiar o contexto da região de modo a instigar e direcionar ainda mais nossos estudos frente a essa necessidade da Educação Infantil do Campo. Este breve mapeamento foi apresentado na cidade de Porto Alegre na II Reunião Nacional de Pesquisa, onde participaram representantes das universidades que integram o grupo de pesquisa nacional. Para elucidar melhor o que estamos alertando, trazemos o quadro abaixo:

6 FERNANDES, Bernardo. Mançano; CERIOLI, Paulo Roberto; CALDART, Roseli Salete. **Texto para debate** - Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Luziânia : CNBB, Unb, MST, Unesco e Unicef, 1998. 43p.

**Breve mapeamento das pesquisas de Educação Infantil região Sul do Brasil
2001-2010**

Estado	Universidade	Publicações	Total
Rio Grande do Sul	UFRGS	2-Doutorado 4-Mestrado	6
	UNISC	1-Mestrado	1
	UPF	2-Mestrado	2
	UCPEL	1-Mestrado	1
	UNILASALLE	1-Mestrado	1
	UFPEL	2-Mestrado	2
	UFSM	2-Mestrado	2
Santa Catarina	UFSC	2-Mestrado	2
	UNIPLAC	2-Mestrado	2
Paraná	UFPR	3-Mestrado	3

Fonte: Breve mapeamento realizado pelas pesquisadoras integrantes do grupo de pesquisa da região Sul.

O Rio Grande do Sul, no período analisado através dos trabalhos mapeados, realizou estudos voltados a lutas populares, envolvendo movimentos sociais, em especial do MST - Movimento dos trabalhadores sem Terra. Ainda foram realizados estudos das práticas e necessidades da comunidade, como a criação de cirandas e as possibilidades das escolas Itinerantes. Houve estudos apontando sugestões na dimensão política e pedagógica das instituições do campo, e buscando compreender a educação do campo através de estudo de política social e educacional. A educação popular, a nucleação escolar e as questões culturais também foram contempladas bem como, estudos para a implantação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.

Santa Catarina foca o estudo na formação e atuação dos professores do campo no estado, entre eles o alto índice de professores que residem na cidade, o predomínio de mulheres na profissão e o elevado número de turnos e turmas em que estes professores atuam e ainda, a questão de políticas públicas do campo.

O documento “10 anos da carta de Porto Barreiro - Manifesto da Educação do Campo” é uma publicação do estado do Paraná, que também traz estudos a respeito do

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, e da Educação Básica. O estado tem estudos publicados de análise da influência que o trabalho infantil exerce sobre a renda e o nível de escolaridade dos trabalhadores, da área urbana e rural do estado de acordo com o PNAD 2005. Há pesquisas como os manuais didáticos contribuem para os professores, as relações com a experiência cultural dos alunos que vivem no campo e a relação dos professores com as Diretrizes Estaduais da Educação do Campo.

Como podemos ver, a respeito da Educação Infantil do Campo não há significativa produção em nossa região. Constatase que as especificidades das crianças do campo não são alvo na produção acadêmica no contexto pesquisado.

Considerações finais

Tantas realidades, tão poucas pesquisas... Fica demarcada aqui a escassez de importância dada ao campo e aos seus sujeitos no meio acadêmico, principalmente quando estamos falando de crianças, que, já são deixadas à sombra da sociedade em geral. Procuramos, no decorrer do texto, através de nossa vivência com a pesquisa citada, problematizar e destacar a complexidade enlaçada na Educação Infantil e, de forma muito especial e preocupada, a Educação Infantil do campo. Com o estudo das investigações a respeito das questões da Educação Infantil no/do campo, buscamos pontuar as implicações da pouca ou inexistente visibilidade dada as crianças residentes nos território rurais. A pesquisa Nacional que estamos envolvidas portanto, é de suma importância para que se possa pensar políticas públicas que contemplem a diversidade do campo brasileiro.

Enfantizamos a necessidade de estudos que contemplem a variada, rica e importante cultura que envolve o que é do/e quem é do campo, potencializando, na creche e na escola, práticas relacionadas aos saberes que constituem a comunidade local. Edla Soares (2005, p 43), relatora das Diretrizes das escolas do campo, dizia que “qualquer proposta pedagógica, seja no campo ou na cidade, deve ser organizada de acordo com a LDB e as diretrizes operacionais, mas com o pé fincado na realidade local”. É esse pé fincado na realidade que esperamos passar a ver cada vez mais no que se refere à Educação Infantil do campo.

Reforçamos que já é passada a hora de fazer valer os direitos garantidos na Constituição Federal a essas crianças e seus contextos familiares. Direitos diminuídos e até negligenciados por muito tempo ao sistema educacional do campo. Ainda, entendendo o pouco investimento neste segmento no Brasil nas últimas décadas como decorrente das sucessivas oscilações econômicas ocorridas, colocamo-nos otimistas diante da posição de destaque que estamos ocupando no cenário econômico mundial. Dessa forma, espera-se que investimentos que oportunizem Educação Infantil do campo com qualidade sejam reforçados. Que a visibilidade dada pelo MEC - Ministério da Educação através desta pesquisa de abrangência nacional, subsidie reflexões e projetos que contemplem as crianças com políticas públicas consistentes, a partir das especificidades existentes. E que seja iniciada essa mudança crucial, oportunizando a todas as crianças do campo uma educação que as contemple de fato e de direito.

Referências

ANGELI, T. E. Horn. **Pés descalços e tênis, carroça e carro, boneca de pano e computador. Entre o rural e o urbano:** experiências num entrecruzar de infâncias. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Porto Alegre, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29572/000762863.pdf?sequence=1>>. Acesso em 16 set. 2012.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BENCINI, Roberta. **Escola Rural:** O orgulho de estudar. A revista do professor . São Paulo, v.1, n.185, p. 42-47, set/2005.

BRASIL. (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 23 nov. 2009.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art.

208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm> Acesso em: 24 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Práticas cotidianas na Educação Infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a Educação Infantil. Brasília, 2009b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf> Acesso em: 16 set. de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, 2009c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2298&Itemid> Acesso em: 16 set. 2012.

CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge. (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por uma Educação do Campo, n 4).

NUNES, Maria Fernanda Rezende; DIDONET, Vital; CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. UNESCO, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações sociais. In: **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais**. São Paulo: Centro de estudos de relações de trabalho e Desigualdades – CEERT, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p.361-378, maio/ago. 2005.

SEGUNDO, Rinaldo. A invenção da infância: pressuposto para a compreensão do Direito da Criança e do Adolescente. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 178, 31 dez. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/4542>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline. Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo. In **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6675&option=com_docman&task=doc_download> Acesso em: 16 set. 2012.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. **Educação Infantil do Campo**. 1ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2012.